

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO - PAULIPREV

Aos 07 dias do mês de agosto de 2023, às 18 horas e 35 minutos, reuniram-se de forma virtual os membros do Conselho Administrativo nomeados através do Decretos nº 8.204 de 29 de abril de 2022, Edson Tomaz, Sandra Ariadne Casassa, Fabio Ceconelo, Erick Santos Paiva, Vaniza Ghidotti, Idu Albino Ribeiro, Fabiano Drudi, Solange de Fátima Ramos Meschiati, Silvana Rodolpho, nomeada através do decreto n 8394 de 05 de abril de 2023, além do Diretor Presidente do Instituto Pauliprev, Marcos André Breda, do Diretor Financeiro Douglas Municelli e dos membros do Comitê de Investimentos, Ronaldo Nakada e Marcos Sambo para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Paulínia – PauliPrev, conforme regimento interno dos Conselhos.

É importante esclarecer, que a íntegra das reuniões deste Conselho Administrativo encontra-se disponível em meio eletrônico, no canal do PauliPrev (<https://www.youtube.com/c/pauliprev/featured>) e no site do Instituto, <https://pauliprev.sp.gov.br/>, aos quais todos podem ter acesso. Sendo assim, a presente ata é destinada à ratificação e a transcrição de maneira sucinta, dessas gravações. Todos os atos ocorridos nas reuniões, encontram-se registrados nas referidas mídias, as quais deverão ser consultadas para a visão da totalidade dos acontecimentos.

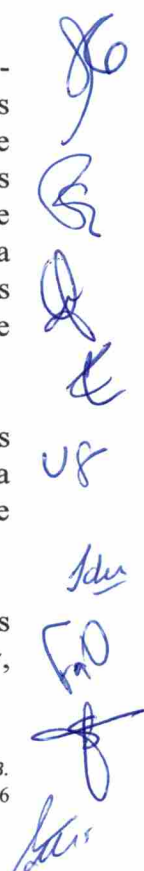
1) Deliberação sobre a aprovação da Ata da reunião ordinária do Conselho Administrativo, realizada no dia 03/07/2023;

2) Informações sobre o programa Pró Gestão;

3) Deliberação para expressão do voto à ser proferido em Assembleia Geral de Cotistas – AGC - do fundo Geração de Energia, à ser realizada em 10/08/2023, sobre a discussão das condições mínimas de eventual acordo de patrocínio com investidor não cotista, para ingresso de ação de responsabilização contra antigos administradores e/ou custodiantes, de acordo com as propostas apresentadas aos gestores e administradores atuais do fundo em discussão, sob a perspectiva de pagamento de prêmio por êxito e sem aportes adicionais para o custeio da causa, considerando a proibição legal de aportes por cotistas RPPS em fundos estressados, de acordo com os documentos encaminhados antecipadamente e com as explicações proferidas pelo Comitê de Investimentos, em reunião presencial ocorrida em 03/08/2023;

4) Deliberação sobre a aplicação dos valores a receber dos cupons semestrais dos rendimentos dos Títulos Públicos, que compõe a carteira de investimentos do Pauliprev, com destinação para fundo de renda fixa pré-existente e de zeragem utilizados para o pagamento de aposentadorias e pensões;

5) Apresentação sobre o cenário econômico atual, ante a perspectiva de redução da taxa de juros da economia, após reunião do COPOM e posição da carteira de investimentos do Pauliprev, referente ao segundo trimestre de 2023;



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

6) Assuntos diversos.

A Presidente do Conselho Administrativo, Sandra, deu início a reunião desejando boas-vindas a todos presentes e lê os itens da pauta.

Item 01. Deliberação sobre a aprovação da Ata da reunião ordinária do Conselho Administrativo, realizada no dia 03/07/2023 – Sandra diz que ata foi enviada com antecedência para ciência e ajustes. Coloca o item em deliberação e conselheiros aprovam unanimemente.

Item 02. Informações sobre o programa Pró Gestão – Sandra diz que esse item foi uma solicitação da conselheira Silvana para esclarecimentos e maiores informações. Sandra passa a palavra à conselheira Silvana que pergunta se seria interessante ao Pauliprev, hoje no nível 2 de certificação no Pró Gestão, avançar para o nível 3, se é confortável ao Pauliprev permanecer no nível atual e, se avançando, teríamos mais vantagens no que tange aos investimentos e ao modelo de gestão. André explica que o Pró Gestão é um programa como se fosse um “ISO”, um programa de qualificação de gestão com o primeiro manual publicado em 2018. Diz que o Pró Gestão tem uma série de adequações que devem ser aplicadas sobre a realidade local e o programa tem 4 níveis. Níveis 3 e 4 normalmente são de médio e grande porte, pois, possuem uma série de pré-requisitos legais e institucionais que trazem despesas. Via de regra, os RPPS’s com a mesma especificidade de Paulínia, não pela questão financeira, mas pela própria estrutura física, é interessante manter-se no nível 1 e 2 pelos custos versus as vantagens. Ainda que o RPPS entenda que pode ser interessante, caminhar para um nível acima da certificação que ele está, ele vai analisar se essa readequação vai nos trazer novas responsabilidades e novos custos e qual a contrapartida que o nível 3 vai nos trazer em relação às vantagens. André diz que, na sua opinião, o nível 2 nos é suficiente e está dentro de um programa de qualificação; subir de nível significa uma reestruturação. Exemplifica e pontua adequações requeridas no nível 3 que trariam custos e não seriam vantajosas ao Instituto nesse momento, podendo ser estudadas em exercícios futuros. André diz que a certificação de nível 2 do Instituto tem validade até fevereiro de 2024 e que no segundo semestre será realizado o processo de contratação de uma auditoria interna, onde ocorrerá a manutenção do nível 2 e serão analisadas as necessidades de adequação para o nível 3. Pontua que se tivermos que segregar funções e aumentar o custo do Pauliprev sem que tenhamos uma equivalência, um ganho que justifique esse aumento de despesas, não há nenhuma vantagem mudarmos o nível em sua opinião. Considera o nível 2 ser uma boa classificação já que existem poucos RPPS’s com esse nível de certificação. Lembra ser uma adesão facultativa ao programa de Pró Gestão e ao participarmos queremos demonstrar, mais do que falar, que temos um certificado institucional que demonstra a qualidade da gestão atual do Pauliprev considerando o passivo complicado que o Instituto traz e que, ainda hoje, é muito difícil demonstrar essa mudança de imagem principalmente para quem nos fiscaliza especialmente ao Tribunal de Contas. Coloca-se à disposição para qualquer dúvida. Silvana agradece ao André.

Item 03. Deliberação para expressão do voto à ser proferido em Assembleia Geral de Cotistas – AGC - do fundo Geração de Energia, à ser realizada em 10/08/2023, sobre a discussão das condições mínimas de eventual acordo de patrocínio com investidor não cotista, para ingresso de



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

ação de responsabilização contra antigos administradores e/ou custodiantes, de acordo com as propostas apresentadas aos gestores e administradores atuais do fundo em discussão, sob a perspectiva de pagamento de prêmio por êxito e sem aportes adicionais para o custeio da causa, considerando a proibição legal de aportes por cotistas RPPS em fundos estressados, de acordo com os documentos encaminhados antecipadamente e com as explicações proferidas pelo Comitê de Investimentos, em reunião presencial ocorrida em 03/08/2023 – Sandra diz que em 03/08/2023 ocorreu uma reunião com os conselheiros, os membro do Comitê de Investimentos e a Diretoria da Autarquia para tratarem sobre esse assunto para que fosse amplamente discutido e todas as dúvidas sanadas para hoje deliberarem com segurança. Complementa que a AGC acontecerá em 10/08/2023, somos cotistas com 5,88% e o parecer do Comitê de Investimentos sugere que o voto nessa Assembleia seja de abstenção. Sandra diz que seu voto hoje é seguindo a orientação do Comitê de Investimentos e vota pela abstenção na AGC de 10/08/2023. Passa a palavra à Silvana que diz que a reunião foi gratificante e todas as dúvidas foram esclarecidas. Diz que na reunião do dia 03/08 perguntou aos membros do Comitê se o Pauliprev possui documentos que provem os desfalques realizados, como quem realizou os desfalques, que comprovem as irregularidades que levaram o fundo Ático, na gestão de 2010 a 2017, a situação atual. Diz que também perguntou aos membros do Comitê se havia um parecer jurídico dos nossos procuradores sobre a orientação do voto na AGC. Gostaria que as perguntas e as respectivas respostas fossem registradas em ata. Douglas responde que a dificuldade que possuem e até mesmo a própria CPI teve na Câmara foi justamente achar documentação. Se houve um processo deliberativo quando houve o investimento em 2014, não conseguem saber. Diz que, por outro lado, era um fundo ativo, fiscalizado pela CVM, fundo aberto. O trabalho agora é tentar realizar alguma recuperação. Quanto ao jurídico, diz que por ser algo muito especializado os RPPS's têm feito a contratação através do fundo porque traz benefício para todos os cotistas e o Instituto não poderia entrar com uma causa porque o juiz mandaria os autos para o fundo pois o Pauliprev estaria tentando recuperar somente os seus valores e as outras instituições, também públicas, estariam prejudicadas. Complementa que, por esse motivo, sempre contratam pelo fundo para terem o laudo de grandes escritórios, especializados em fundos. Os procuradores do Instituto são previdenciários. Silvana agradece ao Douglas a resposta para o registro. Sobre o voto, Douglas acrescenta: é um fundo que não possui recursos e não podemos aportar recursos; o fundo vai contratar um investidor que vai pagar a causa; são 2 investidores interessados no momento, metade do valor investido será para a causa e metade para a despesa do fundo. O voto de aprovação é bem-vindo, porém há a ressalva de que o investidor coloca dinheiro no fundo e se perder essa arbitragem terá o custo de, geralmente, 5 a 10% e pode ser que a situação do fundo fique pior do que já estava. Diz que diante de uma situação como essa não sabem como o controle externo iria entender o posicionamento do Instituto no caso de perda e piora da situação líquida do fundo, por isso entendem a abstenção ser uma posição mais segura. Ronaldo complementa que o Comitê chegou nesse consenso pela abstenção por se tratar, também, de um fundo FIP, que não há garantias de que essa arbitragem vai trazer recursos suficientes para bancar todos os passivos do fundo e até da arbitragem anterior que o fundo perdeu. Sandra lembra ser um fundo ilíquido, que não podemos fazer aportes e não há nada que garanta o êxito na proposta apresentada. Sandra coloca em deliberação e conselheiros votam com unanimidade pela abstenção na AGC.

Handwritten notes in blue ink on the right margin, including initials and a signature.

Handwritten signature in blue ink at the bottom right corner.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

Item 04. Deliberação sobre a aplicação dos valores a receber dos cupons semestrais dos rendimentos dos Títulos Públicos, que compõe a carteira de investimentos do Pauliprev, com destinação para fundo de renda fixa pré-existente e de zeragem utilizados para o pagamento de aposentadorias e pensões – Sandra passa a palavra ao Douglas. Ele estima receber até R\$ 23 mi., desses, cerca de R\$ 3 milhões são recursos aplicados do aporte e devem ficar na conta do aporte. O restante, a autorização solicitada seria para envia-lo para fundos de zeragem, todos de renda fixa e que já temos e utilizamos para o pagamento de benefícios. Complementa que o valor exato depende do valor do título no dia em que caírem os recursos. Sandra coloca o item em votação e conselheiros aprovam unanimemente.

Item 05. Apresentação sobre o cenário econômico atual, ante a perspectiva de redução da taxa de juros da economia, após reunião do COPOM e posição da carteira de investimentos do Pauliprev, referente ao segundo trimestre de 2023 – Douglas inicia falando sobre os tópicos do momento: Rally de Juros; Aumento de Juros do Fed; e Queda da Selic. Apresenta o Boletim Focus de 04/08/23 que traz o IPCA a 4,84% e a SELIC a 11,75% para final de 2023. Douglas apresenta os dados do IPCA mensal, anual e o acumulado nos últimos 12 meses. A Bolsa está oscilando na casa de 120 mil pontos. O dólar acumula queda, hoje está na casa de R\$ 4,89. O petróleo Brent está USD 82,48. Apresenta a posição da Carteira de Investimentos do Instituto referente ao 2º trimestre de 2023. Inicia trazendo a Posição de Ativos e Enquadramento por fundo, sendo R\$ 1,149 bi em renda fixa e R\$ 376 mi em renda variável, totalizando R\$ 1,526 bi a carteira do Pauliprev. Traz um comparativo de cada tipo de ativo no mês, no ano, nos últimos 3, 6 e 12 meses. Apresenta a Relação de Administradores e de Gestores de Fundos, complementa haver uma boa distribuição. Traz a rentabilidade da Carteira em relação a Meta Atuarial com dados dos últimos 5 anos; no mês de junho de 2023 conseguimos superar a meta atuarial em 0,11%, no acumulado de 2023 estamos em 5,49% contra meta de 5,38%. Lembra não ter ocorrido nenhuma aplicação extraordinária, foram condições de mercado.

Apresenta a performance dos fundos com a variação da estratégia e os indicadores de Benchmarks no mês, no ano, nos últimos 3, 6 e 12 meses. Detalha o Relatório Focus do Pauliprev – 2023 com o desempenho mensal da carteira, relatório publicado no site do Instituto com periodicidade mensal. Fábio diz que a CVM publicou um comunicado a respeito do caso das Lojas Americanas; pergunta ao Douglas se tal orientação poderia ser aplicada em nossos fundos ilíquidos. Douglas explica a não aplicabilidade. Comentam sobre PDD e o certificado CRP. André complementa que o comunicado publicado lhe parece ser mais para a proteção dos acionistas, auditores e contadores do caso Americanas do que, propriamente, pra criar uma solução para RPPS's, principalmente para casos passados; estamos em vias da publicação de resolução / comunicado que limite as responsabilidades ao patrimônio investido, mas valerá pró futuro. Diz que ainda teremos todos os problemas dos fundos ilíquidos. Explica que tratarão mais sobre o assunto “investimentos” nas reuniões pois, novamente, o Instituto recebeu apontamento do Tribunal de Contas de que o conselho não discute investimentos e, por mais qualificado que seja, o conselho não apresenta o requisito de experiência mínima de 2 anos na área de investimentos. Diz que diversos dos investimentos realizados pelo Pauliprev no passado foram analisados extemporaneamente pelos órgãos de controle e fiscalização e não houve nenhum apontamento a época. No entanto, agora, por ocasião de uma auditoria pelo Ministério Previdência Social juntamente com a Receita Federal, pedem informações de um investimento

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

realizado em 2009 e colocam o item para ser avaliado na atual gestão. Complementa que a tendência será trazerem mais assuntos relacionados a investimentos para demonstrar ao Tribunal de Contas que a gestão atual do Pauliprev vai além daquilo ao qual é obrigada conforme a legislação. Fala sobre a atividade fim do Pauliprev, sobre as competências dos colegiados, sobre as responsabilidades da gestão e às questões que a Autarquia responde diante do Tribunal de Contas. Reafirma que investimentos são sim discutidos, não se resumindo o trabalho dos conselheiros e da gestão a uma reunião de duas horas uma vez por mês, ele é contínuo. Diz que os apontamentos cobram que o conselho tenha uma expertise, uma experiência para tratar de assuntos que o próprio Tribunal de Contas não tem, havendo, não fariam os apontamentos que fazem e nem pediriam as justificativas que pedem. Diz que estão tratando de investimentos de 2009 a 2016 em via de regra; em dois balanços há, assertivamente, um auditor do Tribunal de Contas tratando bem da questão de investimentos, os demais, deixaram passar batido e, hoje, o Pauliprev responde por algo que o próprio Tribunal de Contas não viu a época e cobra que os conselheiros tenham solução para aquilo que o Tribunal não consegue encontrar. Acrescenta considerar um desrespeito a forma como são tratados por quem os fiscaliza, são obrigados a responder sobre fatos pretéritos passados e qualquer justificativa que fornecem parece não surtir efeito. São cobrados, instados a dar soluções que não os competem e a criar situações que também não são de suas prerrogativas. Diz que precisava deixar isso esclarecido. Sandra complementa que os números do Instituto dizem por si só; o órgão que nos fiscaliza, se comparasse o que foi o Pauliprev no passado e o Pauliprev que é hoje, haveriam apontamentos mais técnicos e coerentes. Diz que quer que os conselheiros, que são representantes de seus pares, que são eleitos ou indicados, todos servidores de carreira de diversas áreas e seguimentos, para dar uma ampla participação para o servidor público que está no conselho para garantir que seus direitos previdenciários sejam bem cuidados, tenham dois anos de expertises em investimentos é querer cercear o direito de ampla participação dos próprios servidores públicos. Os dados estão com a maior transparência possível, há o portal do Pauliprev com as reuniões, relatórios, balanços, apresentações, atas... Sandra diz que os conselheiros se sentem desrespeitados sim quando estão estudando, indo até ao Instituto conversar, tirar dúvidas, se dedicam ao material técnico e longo e o órgão fiscalizador diz que não possuem competência técnica para tratarem de investimentos. Sandra pergunta aos conselheiros se há alguma dúvida ainda sobre a apresentação do Douglas e conselheiros acenam que não. Silvana agradece a apresentação do Douglas e reforça a fala do André e da Sandra dizendo que trabalham muito, ela, especialmente, possui muitos questionamentos a respeito de aposentadorias e tem se empenhado o máximo, na questão dos investimentos, para aprender cada vez mais. Idu acrescenta que há desconexão do Tribunal de Contas com a legislação que qualifica as previdências. Não vê nexos nas fiscalizações com o que está acontecendo hoje, quando, na certificação, a aprovação reduziu o percentual e se dá com 50% de acerto em investimentos. Parabeniza a administração da Autarquia realizada pela André e as explicações por ele dadas. Sandra agradece a participação do Comitê de Investimentos na reunião de hoje e agradece a paciência e boa vontade desprendida na reunião acontecida na última quinta-feira no Instituto. Complementa que realizam reuniões extraordinárias para discutirem e falarem da vida financeira do Instituto e que nem sempre as reuniões são gravadas ou possuem ata, mas que esse trabalho de bastidores acontece e acontece com frequência. Fábio complementa que também utilizam o Grupo do WhatsApp.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

Item 06. Assuntos diversos – nenhum assunto pautado.

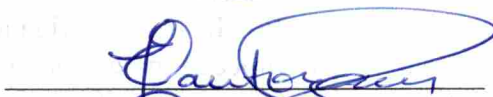
A Presidente do Conselho agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

Término às 20:04h.

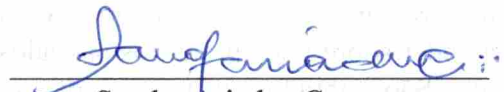
Paulínia, 07 de agosto de 2023.




Edson Tomaz
Conselheiro Administrativo



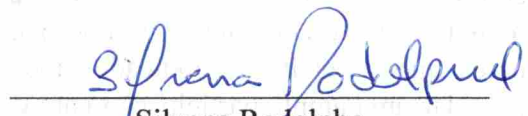
Erick Santos Paiva
Conselheiro Administrativo



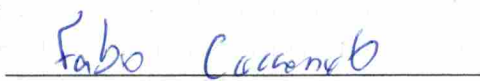
Sandra Ariadne Casassa
Presidente Conselho Administrativo




Fabiano Domingos Drudi
Conselheiro Administrativo




Silvana Rodolpho
Conselheira Administrativa



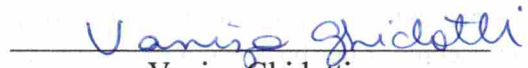
Fabio Ceconelo
Conselheiro Administrativo



Solange de Fátima Ramos Meschiati
Conselheira Administrativa



Idu Albino Ribeiro
Conselheiro Administrativo


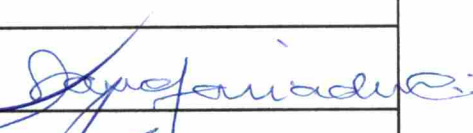



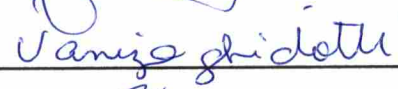




Vaniza Ghidotti
Conselheira Administrativa

Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia

LISTA DE PRESENÇA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
07 de agosto de 2023 – 18h30 horas - Reunião por Teleconferência

Reunião Ordinária

SEQ	NOME	ASSINATURA
1	EDSON TOMAZ	
2	SANDRA ARIADNE CASASSA	
3	FABIANO DOMINGOS DRUDI	
4	FÁBIO CECCONELO	
5	ERICK SANTOS PAIVA	
6	VANIZA GHIDOTTI	
7	IDU ALBINO RIBEIRO	
8	SOLANGE DE FÁTIMA RAMOS MESCHIATI	
9	SILVANA RODOLPHO	